memorare

MORALIDADE E CIVISMO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: O CONTROLE GOVERNAMENTAL

MORALITY AND CIVISM IN COMICS : GOVERNMENT

DOI: 10.19177/memorare.v7e1202081-98

Amanda Marques de Carvalho Gondim[1]
Thiago Vasconcelos Modenesi[2]

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar como eram vistas a moralidade e o civismo pelos governos militares brasileiro. Uma disciplina foi instituída como obrigatória em todos os níveis da educação formal e uma instituição foi criada para conferir controle e legitimidade aos interesses do governo quanto à educação. Desse modo, o indivíduo deveria ser formado com ideias de civismo e moralidade apresentados pelos materiais pedagógicos aprovados pelo órgão do governo. A metodologia a ser utilizada para elaboração do artigo foi a análise de Histórias em Quadrinhos (HQ). Confere-se, com isso, a importância dada pela instituição governamental às HQ como instrumento didático importante e de uso nas escolas. Conclui-se que as HQs analisadas, aprovadas e utilizadas como de caráter moral e cívico nas escolas, eram principalmente de caráter histórico, conferindo à história do Brasil uma visão eurocêntrica e positivista, ideal maior de civilização.

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos. Governo Militar. Educação Moral e Cívica.

Abstract: This article aims to demonstrate how morality and civismo were viewed by the Brazilian military governments. A discipline was instituted as compulsory at all levels of formal education and an institution was created to give control and legitimacy to government interests in education. Thus, the individual should be formed with ideas of civility and morality presented by the pedagogical materials approved by the government agency. The methodology to be used for the elaboration of the article was the analysis of Comics. Thus, the importance given by the governmental institution to the comic books as an important didactic instrument and used in schools. It is concluded that the comics approved and used at schools were mainly of historical character, giving the history of Brazil an Eurocentric and positivist view, the greatest ideal of civilization.

Keywords: Comic Books. Military Government. Morality and Civic Education.

[1] Professora da Rede Estadual de Pernambuco (SEE-PE). Doutora em Educação pela UFPE. Pesquisadora sobre identidade nacional e história da educação. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). E-mail: amcgondim@gmail.com.

[2] Professor do Centro Universitário dos Guararapes (UNIFG) e do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MGP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Educação pela UFPE. Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Histórias em Quadrinhos, Charges e Cartuns (GIPHQ), do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa (PLENA), do Laboratório de Gestão do Esporte e Políticas Públicas (LABGESPP) e do Laboratório de Sociologia do Esporte (LASEPE). Membro da Associação dos Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS). E-mail: thiago.modenesi@unifg.edu.br; thiagomodenesi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A Educação Moral e Cívica durante os governos militares (1964-1985) era entendida como disciplina e prática importante para a formação do bom cidadão (GUSMÃO, 2018). Desse modo, a escola deveria ser um dos espaços para fomentar e formar a criança e o jovem; utilizavam-se as expressões educação sistemática, para a realização nas escolas, e assistemática, para o processo de ensino e aprendizagem realizado em ambientes fora da escola. Uma instituição foi criada com a finalidade de organizar e conferir as diretrizes necessárias no âmbito educacional, compreendido como contextos dentro e fora das escolas.

A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi uma figuração[3] elaborada pelo regime militar para atender aos seus ditames na esfera educacional brasileira entre os anos de 1969 e 1986. Instituída no período mais duro da ditadura, quando perseguições, assassinatos e "desaparecimentos" se tornaram mais frequentes, a educação criou um modelo de cidadão e cidadã a ser formado nas escolas de todo o Brasil. A Educação Moral e Cívica deveria constar em todos os currículos de todos os níveis de ensino; a EMC, como ficou conhecida, deveria ser ensinada desde a mais tenra infância até a pós-graduação. Mesmo com seu fim na década de 1990, o que foi ensinado parece ter permanecido na sociedade brasileira em vários aspectos, especialmente no tocante ao anticomunismo e à ameaça de uma desnacionalização com a instauração de governos que demonstrassem simpatia ao que se apresentava como comunismo.

Em nome da tradição cristã e democrática, a Escola Superior de Guerra (ESG) elaborou documentos pautados na ideia de Segurança Nacional e defesa da pátria, cuja principal característica deveria ser a de defender tradições. A EMC é resultado desse esforço e a instituição para sua consolidação, idem. A CNMC foi a maior parte do tempo presidida por militares saídos da ESG, os esguianos. Seu primeiro presidente, Moacir de Araújo, foi também mentor e defensor da EMC no então Conselho Federal de Educação (CFE) e no Ministério da Educação e Cultura. Apesar de algumas resistências dentro do CFE, a EMC e a CNMC ganharam vida e poder em um momento que negar os acontecimentos era não apenas corriqueiro, mas necessário para a manutenção do regime. Assim, a maioria da população, alheia aos fatos em decorrência de forte e contumaz censura, reproduziria naquele momento, como até hoje, as verdades veiculadas pela grande mídia. Esta não apenas negava as denúncias realizadas em outros espaços, como ainda conseguia impor e formar na cabeça desses cidadãos e cidadãs a verdade de um Brasil como "país do futuro" [4].

---

[3] Aqui pensada por uma perspectiva elaborada por Norbert Elias (1994) de relação entre sujeitos dentro de configurações sociais para formatação e manutenção de um dado modelo de sociedade.
[4] O Brasil como "país do futuro" era amplamente divulgado, assim como suas frases de efeito: "Pra frente, Brasil" ou "Brasil: ame-o ou deixe-o".

A educação formal foi ainda o espaço de transmissão dessas verdades, principalmente com a criação da EMC. Essa disciplina e prática educativa deveriam estar em todas as escolas e instituições educativas, mesmo de nível superior. Seu programa dispunha desde conceitos cívicos, como aprender os hinos nacionais, até doutrinação[5] da moral religiosa, obviamente de viés cristão, mas essencialmente católico. Desse modo, o pensamento de caráter religioso da Igreja Católica Apostólica Romana foi repassado como sendo algo pertencente à identidade nacional brasileira.

Livros didáticos, formações, cursos e atividades ligadas à EMC possuíam, em última análise, teor religioso. A CNMC foi criada no mesmo Decreto-Lei que criou a EMC e tinha o sentido de normatizar e acompanhar o funcionamento do ensino de EMC; por normatizar e acompanhar entende-se fiscalizar e direcionar como a moral e o civismo deveriam ser ensinados. Para a análise em questão, serão vistas as Histórias em Quadrinhos (HQs) elaboradas pela Editora EBAL com a finalidade didática de demonstrar características do Brasil com caráter cívico e moral.

A finalidade do uso da imagem associada ao texto, como se vê nas Histórias em Quadrinhos, é comunicar ao leitor de forma mais direta e com possibilidades menores de várias interpretações. De acordo com Joly (2004, p. 55), "uma das precauções necessárias para compreender da melhor forma possível a mensagem visual é buscar para quem ela foi produzida"; entende-se que o conteúdo histórico de valor didático deve conter o máximo de informações para uma melhor compreensão do estudante.

Textos que conjugam escrita e imagem podem ser de dois tipos: figurativos e temáticos (FIORIN, 2009, p. 91). Para o artigo, serão analisados textos temáticos, pois "procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significante, estabelecendo relações e dependências" (FIORIN, 2009, p. 91); entende-se que a realidade a ser apresentada pelos quadrinhos demonstra um interesse de apresentação da história do Brasil conforme valores morais e cívicos a serem apreendidos pelos estudantes.

Bonifácio (2007) considera as histórias em quadrinhos um gênero discursivo apreciado pelas crianças e jovens em idade escolar, possuindo especificidades estruturais que se aproximam da linguagem cinematográfica. Como uma arte em sequência, devem ser compreendidas pela sua continuidade. Por esse motivo, pode ser utilizado como recurso didático, visto que apresenta um enredo cujo caminho a ser percorrido, em última instância, representa um processo de ensino e aprendizagem.

> Sendo também uma narrativa, ainda que quadrinizada, os quadrinhos produzidos participam do processo de produção e circulação social das representações do passado, pois refletem um momento histórico e interferem na mundivisão de quem lê e na própria reelaboração do acontecimento histórico, a partir da recepção e (re) significação das mensagens e narrativas. (BONIFÁCIO, 2007, p. 4).

[5] Essa expressão foi amplamente utilizada ao tratar de EMC, incluindo documentos oficiais.

Os espaços do governo para formulação de ideias acerca da moralidade, civismo e como conseguiriam efetivar na sociedade por meio da educação formal certamente pensaram nisso. A CNMC considerava todas as formas de ensino e aprendizagem instrumentos a serem utilizados para construção de modelos de cidadão considerados ideais. As histórias em quadrinhos, bem como programas de televisão, constituíam ferramentas importantes na doutrinação dos conceitos morais e cívicos brasileiros.

2 O CONTROLE PELAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

As instituições educacionais em períodos de redução das liberdades democráticas tendem a ser de grande interesse do governo para a disseminação e consolidação de doutrinas elaboradas nos núcleos de inteligência do Estado. A ESG foi o palco do desenvolvimento das ideias educacionais implantadas pelos militares entre os anos de 1964 e 1985. A maior evidência desse aspecto foi a criação da CNMC. Subordinada diretamente ao Ministro da Educação, tinha por competência:

> a) implantar e manter a doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 3º do decreto 68.065-71, articulando-se, para esse fim, com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo;
> b) colaborar com o Conselho Federal de Educação na elaboração dos currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica;
> c) fixar medidas específicas no referente à Educação Moral e Cívica extra-escolar;
> d) estimular a realização de solenidades cívicas ou promovê-las, sempre que necessário;
> e) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para desenvolver e intensificar as suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
> f) convocar à cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, as instituições e órgãos formadores de opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão, entidades esportivas, de recreação, de classe, e de órgãos profissionais;
> g) assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na aprovação dos livros didáticos, do ponto de vista de moral e civismo;
> h) colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias para o cumprimento do Regulamento;
> i) articular-se com as autoridades responsáveis pela censura, no âmbito federal e estadual, tendo em vista a influência da educação assistemática[6] sobre a formação moral e cívica;
> j) promover o conhecimento do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e do Regulamento, por meio de publicações e impressos, notícias e artigos de jornais e revista, rádio e televisão e por palestras;
> l) sugerir providências para a publicação de livros, fascículos, impressos, cartazes ou cartazetes de difusão adequada das bases filosófico-democrático-constitucionais prescritas no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e do Regulamento, bem como de trabalho de fundo moral e cívico;

[6] Educação assistemática aqui é compreendida com o que atualmente nomeamos de educação não formal e informal, principalmente esta última.

> m) sob a forma de resolução, expedir instruções, conclusões de pareceres e outros provimentos necessários ao perfeito cumprimento do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e do Regulamento.
> Parágrafo único. O Ministro da Educação e Cultura poderá devolver, para reexame, os pronunciamentos da CNMC que, na forma do Decreto-lei 869-69 e do Decreto 68.065-71, dependam de sua homologação.[7]

A Comissão Nacional de Moral e Civismo se propunha a "colaborar, assessorar e articular-se" com uma série de dispositivos visando a garantia e o "fortalecimento dos valores morais da nacionalidade"[8]. Assim, sua disposição seria interagir com organizações sindicais, televisão, rádio, jornais e revistas para que não se pudesse "esquecer" o real significado de brasilidade. O estudo de Gondim (2018) traz luz para o que se entendia por identidade nacional e seus conceitos de civismo e moralidade pela ótica da CNMC; ela afirma que a aproximação da cultura brasileira com a europeia, por meio da religiosidade, era o principal instrumento utilizado pela comissão.

A Comissão possuía o caráter normativo e de controle das atividades e publicações em âmbito educacional brasileiro naquele período. Em pesquisa realizada nos Diários Oficiais da União, é comum encontrar a seguinte redação: "Está autorizado do ponto de vista da moral e do civismo". O que seria uma autorização de acordo com preceitos morais e cívicos brasileiros? Ao analisar os textos podemos chegar a essa conclusão.

Na avaliação dos membros da CNMC, livros didáticos, programas de televisão e revistas de Histórias em Quadrinhos deveriam servir como instrumentos pedagógicos para a prática e ensinamentos da moralidade e civismo brasileiros. Os textos por meio de uso de imagens foram de uso constante do governo em âmbito educacional desde o início da colonização, com o processo de catequese.

Chama a atenção que a ideia de utilizar histórias em quadrinhos com fim educacional é diferenciada para esta época. No que pese a apresentação esquemática, sem ousadia, com excesso de carga didática, ainda assim o formato popularizou e apresentou o ideário da República brasileira, dos portugueses e dos principais atores políticos da edificação do que viria a ser o Brasil de maneira diferenciada, acessível e artística.

Foram identificados os seguintes títulos em HQ aprovados e publicados no Diário Oficial da União (D.O.U.), todos do ano de 1972: *A viagem da Família Real*, *A Liberdade dos Escravos*, *A Proclamação da República*, *Pedro Álvares Cabral – 5º centenário*, *A Independência do Brasil* e *História do Brasil*. Esse último livro foi publicado em dois volumes e todos são de autoria da Editora Brasil América Limitada.

---

[7] Extraído do Diário Oficial da União do dia 13 de julho de 1972, p. 6165. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3097604/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-07-1972/pdfView >. Acesso em: 18/02/2016.
[8] Cf. Decreto-lei nº 869/69; Decreto-lei nº 68.065/71 e Portaria nº 524-BSB, de 10 de julho de 1972 (MEC).

A Editora Brasil-América Limitada, mais conhecida como EBAL, foi uma das mais importantes editoras de histórias em quadrinhos do país. Fundada em 18 de maio de 1945, por Adolfo Aizen, contribuiu com a difusão do gênero no país. Em seu período áureo, entre as décadas de 1950 e 1960, a editora era dirigida também por Paulo Adolfo Aizen e Naumin Aizen, ambos filhos de Adolfo Aizen, bem como também pelo jornalista Fernando Albagli.

Antes de criar a EBAL, Aizen foi proprietário da editora Grande Consórcio de Suplementos Nacionais, que atuou no país entre os anos de 1934 e 1942. Lá, editava publicações como *Suplemento Juvenil*, *O Mirim* e *O Lobinho*, revistas que compilam HQs, inicialmente anexas a jornais, depois distribuídas separadamente. Ou seja, quando fundou a EBAL, Aizen possuía alguma experiência na área editorial de HQs.

O primeiro título lançado pela EBAL foi *Seleções Coloridas*, em 1946, e durou apenas 17 edições. Suas páginas traziam histórias da Disney. A revista foi publicada em parceria com a editora argentina Editorial Abril de César Civita (irmão do jornalista Victor Civita). Civita possuía a licença dos personagens Disney e uma moderna impressora colorida, anos mais tarde (1950) o irmão de César, Victor fundaria a Editora Primavera (atual Editora Abril).

O primeiro título sem o auxílio da editora argentina foi *O Herói*, trazendo a princípio histórias de aventura da *Fiction* House, produzida nos Estados Unidos pela Editora Elliot Publishing Company. Da mesma editora, teve ainda a *Edição Maravilhosa* (versão brasileira das revistas *Classic Illustred* e *Classic Comics*), que trazia adaptações de clássicos da literatura. A publicação teve grande vendagem e a editora lançou seu título mais longevo com um único super-herói: o *Superman*, publicado de novembro de 1947 até outubro de 1983.

Durante suas primeiras quatro décadas, a EBAL exerceu forte influência para várias gerações de editores, artistas e leitores, contribuindo decisivamente para a estabilização das HQs no Brasil. Adolfo Aizen defendeu de forma ferrenha os quadrinhos em inúmeras entrevistas, artigos e campanhas, afirmando que as revistas, na realidade, estimulavam o hábito de ler, sendo de uma importância ímpar na educação. Muitos já criticaram a EBAL, acusando-a de não dar espaço para os artistas nacionais. Isso não é verdade. Através da *Edição Maravilhosa* e de outras séries, como *Grandes Figuras*, ela publicou romances de autores brasileiros e várias biografias com quadrinização (aliás, esse termo é uma invenção da editora) de diversos desenhistas nacionais, ou aqui radicados, como Manoel Victor Filho, Nico Rosso, Eugênio Colonnese, André LeBlanc, Aylton Thomas, José Geraldo, Ramón Llampayas e outros.

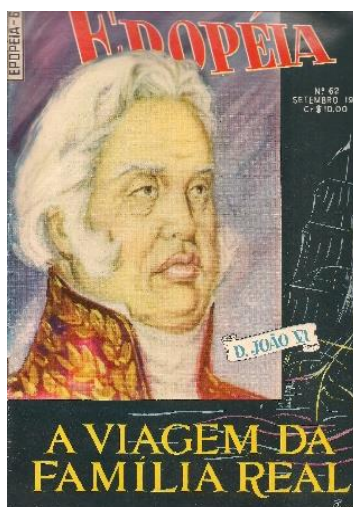
Muitas vezes, Adolfo Aizen encomendou e pagou, sem publicar, quadrinhos de iniciantes que ele considerava promissores, e vieram a se tornar grandes profissionais, como Sérgio Lima, desenhista conhecido tanto pela *Múmia* e pelo *Lobisomem* (que fez com Gedeone Malagola), como pelas bruxas da Disney, *Maga Patológica* e *Madame Min*.

A própria trajetória da Editora Brasil-América confunde-se com a evolução da imprensa brasileira e seu impacto na sociedade. Apesar disso, o tema nunca ganhou o merecido destaque, só sendo visualizado em sua total dimensão com o lançamento em 2004 de *A Guerra dos Gibis: A Formação do Mercado Editorial Brasileiro e a Censura aos Quadrinhos*, do jornalista e escritor Gonçalo Júnior, uma pesquisa ampla e sem precedentes da história da EBAL.

Na relação com governos, há o estudo de Marta (2007), cuja análise indica proximidade entre a editora e o governo federal. Ele apresenta a revista em quadrinhos mensal *O Judoka*. A revista, dentre outros elementos, traz aspectos característicos dos discursos apresentados pelos militares durante a ditadura, como a representação do judoca com cores da bandeira, o ideal de juventude apresentado nas histórias e uma edição que mostra fatos da história da pátria, notadamente apresentados sob a ótica dos militares.

3 A ANÁLISE DOS HQS

A primeira HQ analisada neste artigo teve sua primeira edição em setembro de 1957, como uma história da Revista *Epopéia*, de caráter mensal. Foi a essa edição que tivemos acesso, mas se sabe que ela foi reeditada vários anos, por ter encontrado edição do ano de 1970 disponível à venda no site Estante Virtual, tendo sido a aprovada pelo parecer da CNMC. A imagem de capa é o próprio mentor da fuga da corte real portuguesa ao Brasil, D. João VI e, embora o título traga a mensagem de uma simples viagem, o texto aborda a palavra fuga.

Figura 1 - Capa de HQ (30 x 22 cm).

Fonte: Llampayas, 1957.

O texto de A. de Miranda Bastos, ilustrado por Ramón Llampayas, inicia afirmando a influência do episódio da vinda da corte real portuguesa ao Brasil na proclamação da independência política. Napoleão Bonaparte é apresentado como um "gênio extraordinário" (BASTOS; LLAMPAYAS, 1957, p. 3), que levou a família real portuguesa a se transferir para o Brasil, mas teve seu "castigo" depois. Apresentado como ambicioso e conquistador francês, a quem o governo português pagava para se manter neutro e assim continuar suas relações políticas e comerciais com a Inglaterra, inimiga econômica da França.

O relato da vinda da família real para o Brasil até seu retorno a Portugal, treze anos depois, traz uma série de valores e ideias que deveriam fazer parte da cultura brasileira, mas tem nos quadrinhos uma ratificação e uma ferramenta didática para tal. Fatores possivelmente negativos, como a falta de higiene das cortes, a ausência de cultura mais elevada do rei, a potencial falta de disposição para o trabalho dos portugueses, preferindo trabalhar em repartições criadas sem nenhuma finalidade pela coroa, foram plenamente minimizados no HQ.

Uma demonstração da hierarquia social e do prestígio frente ao rei D. João VI é visto no quadrinho onde se apresentam as audiências particulares. Primeiro, os nobres; em seguida, clero, militares e povo. É muito sutil a forma como são demonstrados valores a serem preservados pelos brasileiros na história. Há três momentos que a rainha D. Maria cita a brutalidade do povo brasileiro com a expressão: "Comeram o coitado do Bispo Sardinha!" (BASTOS; LLAMPAYAS, 1957, p. 8, 23); há também a demonstração de menosprezo da princesa D. Carlota quanto a presença de pretos na cidade, mas ela é definida como "muito exigente" BASTOS; LLAMPAYAS, 1957, p. 22).

Por outro lado, há dois quadrinhos que aparecem mulheres elogiando as vestimentas europeias e, até mesmo os cabelos curtos das mulheres, cortados por uma infestação de piolhos ocorrida na viagem de Portugal ao Brasil, são tratados como moda. Ou seja, o HQ demonstra em suas linhas e imagens uma exaltação ao que é europeu em detrimento ao que representaria o genuinamente brasileiro. O acontecimento da Revolução de 1817 é retratado como um simples movimento que queria apenas acelerar o processo inevitável de proclamação da independência.

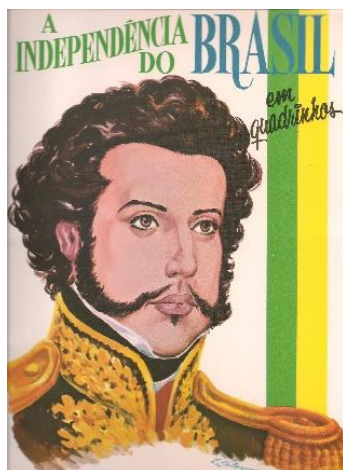
Sobre esse assunto, os territórios fronteiriços ao Brasil, que se encontravam em estágio mais avançado de independência são no HQ retratados. Fala-se de Argentina e Montevidéu, onde o governo português no Brasil ajudou a coroa hispânica em ambos os processos para reaver seus territórios, mas "mais tarde o nosso Governo reconheceria que não nos cabia dominar povos de outra língua" (BASTOS; LLAMPAYAS, 1957, p. 29). Curioso, pois deixa pensar que o Brasil sempre foi o país de uma língua única e, portanto, de um povo único.

O fim da história apresentada demonstra um rei que se apegou ao Brasil, promoveu melhorias e trouxe a civilização europeia para o Brasil de fato.

Figura 2 - Quadrinhos com a volta da corte para Portugal.

Fonte: BASTOS; LLAMPAYAS, 1957, p. 34.

O título *A independência do Brasil em quadrinhos* teve sua quadrinização por Pedro Anísio e os desenhos de texto e capa, por Eugênio Colonnese. O exemplar analisado é do ano de 1983, conforme emblema, mas teve sua autorização pela CNMC em julho de 1972[9]. Na capa, um jovem D. Pedro I ilustra o fundo branco, com letras em verde e azul e duas listras verde e amarela.

Figura 1 - Capa de HQ (30 x 22 cm).

Fonte: Colonnese, 1983.

Ainda na apresentação, encontra-se o texto para resumir o que seria encontrado na leitura: "A História da Independência do Brasil, cujo herói principal foi D. Pedro I, é uma espetacular aventura que começa quando o Povo brasileiro toma, aos poucos, consciência de sua formação" (COLONNESE, 1983, p. 3). A primeira imagem sobre o assunto é a de índios, negros e brancos, unidos em prol da expulsão dos "invasores", a exemplo da Insurreição Pernambucana de 1645,

[9] Conforme D.O.U. publicado em 28 de julho de 1972.

quando os holandeses saíram do Brasil após batalhas sob o comando de Henrique Dias (negro), Poti ou Antônio Filipe Camarão (índio) e André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira (brancos).

Na continuação, outros heróis aparecem no texto e nas imagens: Manuel Beckman (senhor de engenho) e Tiradentes, com a imagem icônica de semelhança às representações de Jesus, no cristianismo, além de Maria Quitéria de Jesus, quando das batalhas contra os portugueses pela independência. A história descreve que o Brasil deixou de ser colônia portuguesa em 1815, quando do período da família real no Brasil. D. João aparece dizendo a D. Pedro que o Brasil seria agora a nova pátria dele. O sentimento de que o príncipe de Portugal trataria o Brasil como sua pátria procura aproximar o futuro rei de Portugal de uma identidade nacional brasileira, como ocorre com a sua permanência após ser exigido que voltasse a Portugal, em janeiro de 1822.

Isso é visível nos textos e imagens que demonstram a relação amistosa e fraternal de D. Pedro com pessoas mais simples, bem como com escravos. O casamento demonstra no HQ uma mudança de comportamento por parte do então Príncipe Regente do Brasil, numa imagem que apresenta a esposa, D. Leopoldina, com orgulho de seu marido. O rei D. João é considerado um grande rei.

A história da independência conta com a ajuda da igreja católica do lado brasileiro, trazendo para a identidade nacional mais um elemento resultante da colonização portuguesa. O primeiro momento em que se verifica isso no texto é com a proteção de soldados brasileiros por freiras do Convento de Nossa Senhora Conceição da Lapa, em Salvador. A responsável pelo convento, Soror Joana Angélica, chegou a ser morta por um dos soldados portugueses. Num segundo momento, a presença de um padre, Belchior, na comitiva de D. Pedro em momento que ele se encontrava fora do Rio de Janeiro, que foi o primeiro a ser reportado para ouvir a fala do príncipe sobre a independência do reino de Portugal.

Faz parte de uma ilustração de página inteira a imagem de D. Pedro dizendo a frase: “Independência ou morte!” (COLONNESE, 1983, p. 23). A importância dada a esse episódio conta com o primeiro plano da imagem sendo apresentado D. Pedro empunhando a espada e pessoas ao seu redor comemorando com o mesmo gesto. É contado na história o fato de que foi ele quem compôs o Hino da Independência, o escudo de armas e a bandeira do país, em mais uma demonstração de patriotismo do português que se tornou o primeiro rei do Brasil independente.

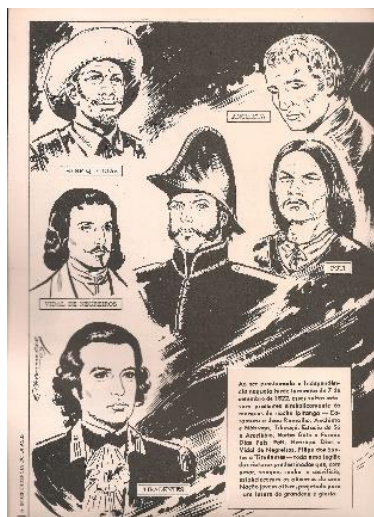
Figura 2 - D. Pedro proclama a independência

Fonte: Colonnese, 1983, p. 23.

Como resumo da história do Brasil, de 1500 a 1822, encontra-se a seguinte redação:

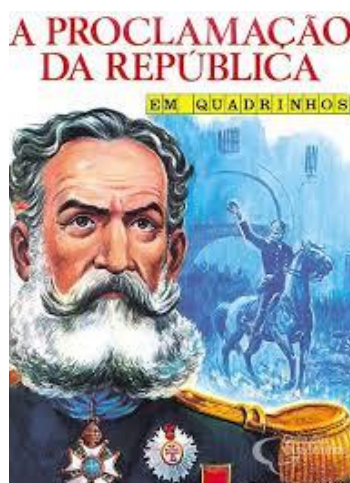
> Do Descobrimento do Brasil à Independência, trezentos e vinte e dois anos tinham decorrido. E, ao longo desse caminho de mais de três séculos, toda uma epopeia foi escrita por um povo que se formou pelo caldeamento de vários outros, até se firmar com espírito próprio, amando a terra em que fora gerada e lhe reivindicando a posse total. (COLONNESE, 1983).

A visão do "caldeamento" de vários povos não diminui a presença do elemento preponderante branco, sendo ou trazendo a civilização para o país. Na última imagem do HQ vê-se desenhada a imagem dos heróis, dentre eles, Henrique Dias e Poti. Ambos estão com vestimentas europeias. No centro, D. Pedro I e no canto direito, de olhos fechados, como se estivesse rezando, Padre Anchieta, numa demonstração imagética clara de importância do português e da Igreja Católica Romana para o processo de formação do povo brasileiro.

Figura 3 - Imagem dos personagens importantes para a Independência do Brasil

Fonte: Colonnese, 1983, p. 34.

A história em quadrinhos *A Proclamação da República em Quadrinhos*, bem como as demais anteriormente analisadas, foi publicada no formato álbum, com capa plastificada e lombada, com argumentos/roteiro de Pedro Anísio e desenho da capa e internos de Eugênio Colonnese.

Em 34 páginas preto e brancas, com um desenho arrojado, dinâmico e um texto denso, carregado de detalhes e informações históricas, a HQ nos apresenta a narrativa do fim do Império a partir da promulgação da Lei Áurea, discute minuciosamente as divergências da igreja católica com a maçonaria, inclusive com a proibição dos clérigos participarem desta e foca o ocaso do Império particularmente numa possível ofensiva deste contra as forças armadas.

Figura 4 - Capa de HQ (30 x 22 cm).

Fonte: Colonnese, 1971.

Essa tentativa de desmonte das forças armadas passa a ser o fio condutar da HQ, mostrando que os militares são a nação e fiéis à pátria, independente de burocratas, como vemos na fala do Marechal Deodoro da Fonseca ao Ministro Visconde de Ouro Preto, retratada na história. Chama a atenção como a história em quadrinhos retrata uma relação cordial e respeitosa entre os membros da corte e os líderes republicanos, inclusive destacando que estes foram amigos. A HQ preserva também a figura de Dom Pedro II, retratado como vulto nacional, mantendo-o com status de líder.

Fecha a história em quadrinhos os desenhos de Colonnese acompanhados de um texto atribuído a Raul Pompéia, autor de O Ateneu, que narra a ida da família real para Portugal, deixando o Brasil. Na narrativa atribuída a Raul Pompéia, os quadrinhos acompanhados do texto do autor reproduzem a melancolia da ida da família real para Portugal em tons escuros, com muitas penumbras, os membros da família real, Dom Pedro II, sua esposa e a Princesa Isabel fecham a história com o semblante entristecido, olhos mareados, fitando o horizonte.

Figura 5 - A tristeza da família real.

Fonte: Colonnese, 1971, p. 34.

Há uma clara tentativa de preservar a imagem destes como parte da História brasileira, como se retratassem os desenhos “heróis” da edificação da pátria brasileira, não é à toa que Dom Pedro II e sua família ocupam metade da página final do álbum e o mesmo fecha a publicação dizendo: “Para mim, algum dia, será ouvida a sentença glorificadora da justiça de Deus, na voz da História”. (ANÍSIO; COLONNESE, 1971, p. 34). Os quadrinhos aparentemente procuraram valorizar a importância desses personagens, numa tentativa de “reparar” a história.

Por fim, a página 35 do álbum apresenta os 26 presidentes da república que até ali governaram, a edição é de 1971 e separa os que governaram no Rio de Janeiro: do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca até Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, depois apresenta os que governaram em Brasília: Dr. Jânio da Silva Quadros até o então presidente General Emílio Garrastazu Médici.

Ainda destacamos na contracapa do álbum o decreto que constitui as armas da república de 19 de novembro de 1989, acompanhado de um desenho do brasão e o Hino da Proclamação da República com letra de Medeiros e Albuquerque e música de Leopoldo Miguez. Esse modelo é o mesmo encontrado na contracapa do HQ *A Independência do Brasil*, com o diferencial de que, em vez do Hino da República, é apresentado o Hino da Independência do Brasil, cuja letra original é de Evaristo Ferreira da Veiga e música de D. Pedro I. Ressalta para a existência de duas estrofes não mais presentes nem cantadas atualmente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As histórias em quadrinhos há muito tempo vêm sendo utilizadas como parte do processo de ensino-aprendizagem, seja como um facilitador, uma ferramenta ou componente intrínseco desse processo. São vários os estudos e autores que tratam desta interface a exemplo de Vergueiro (2009, 2017), Rama (2004), Ramos (2009, 2015) e Chinen (2015). Para a pesquisa em questão foram utilizadas referências de artigos contidos na coleção *Quadrinhos & Educação*, obra organizada pelos professores Amaro Braga e Thiago Modenesi, que já possui 5 volumes publicados compilando pesquisas com essa temática.

Corrobora esse debate por nós proposto artigo de que discute o tema:

> Filmes, peças de teatro, atividades lúdicas diversas e as histórias em quadrinhos ganham a criança para ir além do convencional, ajudam no diálogo com o que seu subconsciente produz, interagem com suas emoções, vontades e desejos, são potenciais ampliadores do campo de aprendizado oferecido pela escola.
> As histórias em quadrinhos, em particular, são ferramentas destacadas nesse sentido. As HQs são a única modalidade complementar de ensino e forma de arte que unem desenhos e textos, possuem possibilidades de garantir o acesso mais largo à leitura, maior interesse dos estudantes com o visual. (Casella; Modenesi, 2018, p. 149).

Não é de hoje que o debate do uso dos quadrinhos penetra na sala de aula, é estudado por pesquisadores da academia e gera conteúdo para este fim, seja de maneira intencional ou não. Isto se desenvolveu de tal forma que as mesmas foram consideradas relevantes como método de ensino nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no período da democratização brasileira no pós ditadura militar: "Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (2006) citam as histórias em quadrinhos como um texto adequado para se trabalhar a linguagem escrita" (CASELLA; MODENESI, 2018, p. 151). Assim como Bonifácio (2007), Casella e Modenesi afirmar o papel desempenhado pelas HQs na educação, sendo esse artigo uma contribuição de que o processo que culminou com a elaboração dos PCNs conferindo importância aos quadrinhos não ocorreu no início dos anos 2000.

Durante a ditadura militar os governantes tentaram utilizar desse recurso para apresentar seu discurso, sua versão da história, e tiveram nas histórias em quadrinhos um importante aliado, pelas suas características, alcance e serem profundamente acessíveis e atrativas perante os estudantes. Destacamos ainda que, na década de 1970, a internet e redes sociais sequer eram sonhadas, e as histórias em quadrinhos disputavam o público com o cinema, rádio, televisão e literatura, possuindo tiragens imensas, com milhões de exemplares vendidos (AZEVEDO, 2018).

Entre os estudiosos que tratam da temática aqui recorremos uma vez mais a Casella e Modenesi (2016) para tentar tornar ainda mais cristalino o porquê de os militares terem optado por esse tipo de material como parte do processo educacional e da formação dos conceitos acerca da História do Brasil. As HQs apresentavam olhar mais suavizado, destacando os vultos heroicos, personalidades

com pequena ou nenhuma participação popular, como constatado nas 3 obras da EBAL aqui analisadas:

> A apreciação de histórias em quadrinhos pode contribuir para a formação do gosto pela leitura porque ao ler a HQ a criança envolve-se numa atividade solitária e não-movimentada por determinado período de tempo (...).
> Também porque, estando mais próximas da forma de raciocinar destas crianças, elas podem mais facilmente lê-las, no sentido de tirar delas significados, o que seria menos provável com outros tipos de leitura. (CASELLA; MODENESI, 2016, p. 99).

Para nós, é clara a opção feita pelos militares, evidenciado pelo material por eles chancelado. A riqueza dos desenhos, os detalhes dos roteiros, a priorização por histórias em quadrinhos que não se apresentassem como cartilhas, tudo isso constitui importante ferramenta usada pela educação. A criação e legitimação do poder governamental por meio de uma instituição que perpassa setores da sociedade considerados estratégicos para a educação demonstram o exercício do poder, mas também a corroboração e disseminação de discursos elaborados por alguns grupos, mas considerados elementos presentes na cultura brasileira de formação da identidade nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Nacional de Moral e Civismo foi um órgão do governo federal do período da ditadura militar criado com o objetivo de controlar a educação brasileira nos moldes conceituais de moralidade e civismo. Por esses conceitos entendia-se principalmente apresentar ao país uma história cuja essência deveria ser levar à sociedade a civilização sob a ótica da Escola Superior de Guerra.

Formar o cidadão civilizado significava apresentar um modelo a ser seguido, centrado na cultura considerada mais civilizada, a europeia. A educação formal era o principal espaço para a transmissão de verdades gestadas pelos setores do governo responsáveis (basicamente a CNMC) e considerada de interesse nacional para o desenvolvimento do país.

Apresentar a história do país com um viés de tradição democrática, cristã, sem maiores convulsões sociais e plena de participação do povo era uma demonstração do esforço almejado em alcançar uma sociedade com esses moldes. Tratando a variedade étnica como algo positivo, apresentando personagens brancos, negros e índios importantes para a história do Brasil, nos quadrinhos apresenta quase que exclusivamente brancos, com histórias cuja importância cultural europeia se sobressai a qualquer outra.

Os HQs foram o objeto de estudo apresentado no artigo pelo fato de terem sido considerados pelo governo federal, sob a insígnia na CNMC. A ela cabia a responsabilidade de aprovar e indicar

os materiais didáticos considerados aptos do ponto de vista da moral e civismo. Foram publicados no Diário Oficial da União seis Histórias em Quadrinhos, aprovados pela referida comissão. Destes, apenas três foram identificados para serem analisados, o que não compromete o resultado da pesquisa por se mostrarem suficientemente patrióticos ao abordarem temas referentes a importantes acontecimentos históricos do Brasil e que foram abordados de maneira a atender aos interesses civilizacionais e eurocêntricos requeridos pelo governo.

Foram retratados o episódio da vinda da família real para o Brasil, tratada como fuga, mas não menos glamourizada por esse motivo. O da proclamação da independência, cuja figura mais importante foi o português D. Pedro I. E a proclamação da república, cujo papel decisivo das forças armadas não significava uma relação de menor cordialidade com a corte real.

Nos três episódios, o elemento branco com feições e comportamentos europeus é o que mais se destaca. O uso de HQs para essa finalidade cumpre relevância textual e visual, tendo em vista a representação trazida nele, além do caráter de interpretação visual imediata e desenvolvimento de interesse do estudante pela leitura. As mensagens escritas e visuais estão ali, lado a lado, para serem entendidas e reproduzidas. Por fim, concorda-se que inúmeros conceitos considerados naturais e pertencentes ao ser brasileiro dessa geração que viveu e aprendeu sob a égide da CNMC encontram-se ainda na sociedade, considerados como verdades que deveriam permanecer imutáveis.

REFERÊNCIAS

ANISIO, Pedro; COLONNESE, Eugênio. **A Proclamação da República em Quadrinhos**. Rio de Janeiro: Editora Brasil América (EBAL), 1971.

AZEVEDO, Ezequiel. **Ebal – Fábrica de Quadrinhos – Guia do Colecionador**. São Paulo: Via Lettera, 2018.

BASTOS, A. de Miranda; LLAMPAYAS, Ramón. A viagem da família real. **Epopéia (Revista Mensal)**. N. 62. Rio de Janeiro: Editora Brasil América Limitada, 1957.

BONIFÁCIO, Selma de Fátima. Quadrinhos e ensino: o conhecimento histórico e suas representações na arte sequencial. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2007, São Leopoldo. **Anais eletrônicos...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210565_05d6d1da151e560d8f18ee2fa5203cf0.pdf . Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 set. 1969.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 1971.

BRASIL. Portaria nº 524-BSB, de 10 de julho de 1972. Seção I, parte I, p. 6165. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1972.
BRASIL. Despachos em 24 de julho de 1972. Gab. 802-72. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília DF, p. 6722, 28 jul. 1972.

BRASIL. Despachos em 24 de julho de 1972. Gab. 803-72. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília DF, p. 6722, 28 jul. 1972.

CASELLA, Rosa; MODENESI, Thiago. As histórias em quadrinhos na educação infantil como ferramenta de aprendizagem. In: BRAGA, Amaro; MODENESI, Thiago. **Quadrinhos & Educação** volume 3: fanzines, espaços e usos pedagógicos. Jaboatão dos Guararapes: Faculdade dos Guararapes, 2016.

CASELLA, Rosa; MODENESI, Thiago. Histórias em quadrinhos e seu uso como ferramenta psicopedagógica. In: BRAGA, Amaro; MODENESI, Thiago. **Quadrinhos & Educação** volume 4: experiências docentes, inferências pedagógicas e análise de políticas públicas. Jaboatão dos Guararapes: Faculdade dos Guararapes, 2018.

CHINEN, Nobu. **Linguagem HQ:** conceitos básicos. São Paulo: Criativo, 2015.

COLONNESE, Eugênio. **A independência do Brasil:** em quadrinhos. Rio de Janeiro: Editora Brasil – América, 1983.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2009.

GONDIM, Amanda M. de C. **O que herdamos de nossos antepassados?** : a identidade nacional brasileira e portuguesa pela ótica de suas instituições educacionais. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33587/1/TESE%20Amanda%20Marques%20de%20Carvalho%20Gondim.pdf>. Acesso em: 13 de out. 2019.

GUSMÃO, Daniele Cristina Frediani. **Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica (1969-1986)**. 2018. 228 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas – SP: Papirus, 2004.

JÚNIOR, Gonçalo. **A Guerra dos Gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933 – 1964. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. Artes Marciais e Ditadura no Brasil: histórias que se cruzam? Incursões pelas páginas de "O Judoka". In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2007, São Leopoldo. **Anais eletrônicos...** São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em:

https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210565_ae606203299795101c5696b2f3a89dcd.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

NETO, Elydio dos Santos Neto; Marta Regina Paulo da Silva. **Histórias em Quadrinhos e Práticas Educativas**. Os Gibis estão na Escola, e agora? São Paulo: Criativo, 2015.

RAMA, Ângela. **Como as Usar Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Paulo. **A Leitura dos Quadrinhos.** São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Paulo. **Os Pioneiros no Estudo de Quadrinhos no Brasil**. São Paulo: Criativo, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Pesquisas Acadêmicas em Histórias em Quadrinhos**. São Paulo: Criativo, 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na Educação**. São Paulo: Contexto, 2009.

Submetido em: 13/10/2019. Aprovado em: 02/04/2020.